



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

FONTES DE DADOS E INDICADORES EM SEGURANÇA PÚBLICA

Prof.^o Dr. Marcelle Gomes Figueira
marcellegf@gmail.com

INDICADORES EM SEGURANÇA PÚBLICA

A perspectiva de uma administração alinhada com modelos de governança, uma gestão racional, com maior efetividade e eficiência não pode prescindir de dados e conhecimento institucional.

No Brasil a deficiência de dados e informações é algo identificado como um problema, no campo da segurança pública, desde a década de 1980.

O Brasil coleta dados acerca das instituições policiais e de justiça desde 1871.

Mas a perspectiva de rec

PRIMEIRO REGISTRO DE CONTABILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES CRIMINAIS

A análise criminal tem sua origem no trabalho do magistrado Henry Fielding (1707-1754). Com o aumento da criminalidade em Londres, ele formou um grupo com 6 homens que funcionavam como vigias da cidade, trabalhando na investigação das ocorrências criminais.



Além da criação deste grupo o magistrado Henry Fielding incentivava os cidadãos a comunicarem os incidentes e descreverem os criminosos. Assim, era feita uma “sistematização” destas comunicações para a ação destes “policiais”.

O CONTEXTO INTERNACIONAL DE CONTABILIZAÇÃO DE DADOS, PRODUÇÃO E USO DAS INFORMAÇÕES CRIMINAIS – O PERÍODO DA CONCEITUAÇÃO

➤ França – Compte Général (1827)

- Acusações trazidas perante aos tribunais
 - Decisões dos tribunais penais
 - Atividades dos tribunais de polícia
-
- ✓ Publicação anual e acessível
 - ✓ Inspirou (fontes de dados e informações) para diversos estudos – “O Suicídio” e “Duas leis da evolução penal” de Durkheim

➤ Inglaterra – Polícia Metropolitana de Londres (1829)

- Incorpora as estatísticas criminais como instrumento de **gestão**
-
- ✓ Em 1844 foi criado o “escritório de investigação”, com o objetivo de analisar dados e buscar padrões de crime.
 - ✓ A delimitação dos distritos policiais é feita com base na relação entre crimes registrados e efetivo disponível.

TRANSIÇÃO PARA O MODELO BUROCRÁTICO

➤ Inglaterra

- Discussões metodológicas acerca das técnicas estatísticas
 - Preocupação com a dinâmica criminal
 - Criação da *comprehensive surveys* (1857)
- ✓ Era necessário apreender a dinâmica do crime e da violência, por meio de novos olhares e instrumentos

➤ Estados Unidos – Compstat (1990)

- Nas primeiras décadas de 1900 inicia um processo de modernização nas práticas de policiamento e entre as décadas de 1950 e 1960 August Vollmer estabelece uma sequência de inovações.
- Na cidade de Nova Iorque em 1990 iniciasse a experiência do Compstat.

A FORMA BRASIL DE “CONTAR CRIMES”

1871 – Decreto 4.676
(criou a Diretoria
Geral de Estatística.
Determinava a coleta
das “estatísticas do
estado moral”)

1889 –
PROCLAMAÇÃO DA
REPÚBLICA

1902 – Lei n. 947
(reorganizou o serviço
policial e junto os
serviços da estatística
policial, judiciária e
identificação
antropométrica)

1878 – Decreto 7.001
(regulamenta as
estatísticas policiais e
judiciárias)

1901 - Decreto 4.272
(novo regulamento da
brigada policial da
capital)

1903 – Decreto 4.764
(cria a assessoria do
gabinete de
identificação e de
estatística)

Congressos internacionais de estatística debatiam:

Quais seriam as melhores fontes de dados para medir a criminalidade? As estatísticas advindas **dos registros administrativos das polícias** ou as **oriundas do poder judiciário**, sendo ele responsável pelo processo penal

Institucionalistas X realistas

- Institucionalistas – defendiam as estatísticas judiciárias
- Realistas – estatísticas da atividade policial

DA ERA VARGAS AO REGIME MILITAR

1934 – Decreto 24.531
(reestrutura a polícia do
Distrito Federal)

1936 – Publicação do
primeiro Anuário Estatístico

1964 – criação do Serviço
Nacional de Informações

1934 – Decreto 24.609
(Instituto Nacional de
Estatística) que em 1936 na
fusão com o Conselho
Nacional de Geografia é
criado o Instituto Brasileiro
de Geografia e Estatística
(IBGE), subordinado ao
Ministério da Justiça.

1939 – Serviço de
Inquéritos Políticos Sociais

PRINCIPAIS DADOS E INDICADORES



BOLETINS DE
OCORRÊNCIA



EMERGÊNCIA
POLÍCIA MILITAR



PESQUISAS DE
VITIMIZAÇÃO



DISQUE
DENÚNCIA



SIM/DATASUS



SINAN



CORREIOS

ESTATÍSTICAS CRIMINAIS - *FONTES DE DADOS PRIMÁRIOS*

Polícia Civil - Ocorrências criminais;

Polícia Militar - Emergências, crimes, desordens, distúrbios, dentre outros;

Corpos de Bombeiros Militares - Emergências, acidentes, resgates, primeiros socorros;

Guardas Municipais - Ordem pública (desordens, ilegalidades, etc.);

Polícia Federal - Crimes interestaduais, transnacionais, ambientais;

Polícia Rodoviária Federal – Fiscalização das Rodovias Federais;

Receita Federal - Descaminho, Contrabando, etc.

PRINCIPAIS DADOS UTILIZADOS

Registros da Polícia Civil

Atendimentos da Polícia Militar

Homicídios – Dados da Polícia Civil e Dados da Saúde (DATASUS)

Registros da Polícia Civil

Primeira “entrevista” com o crime.

Através dos registros da Polícia Civil, podemos identificar a dinâmica dos diferentes delitos, com dia, hora e local das ocorrências, procurando identificar se estas possuem um padrão ou correlação e até mesmo identificar anomalias que estejam fugindo de um comportamento esperado.

Ocorrências da Polícia Militar

Fornece informações sobre a dinâmica geral dos conflitos. Nem todas as ocorrências se desdobram em registros criminais, pois não se configuram em crimes. Fazem parte do que diz respeito à ordem urbana. Através das informações referentes às ocorrências da Polícia Militar é possível observar o perfil das solicitações de atendimento. Através de um recorte espacial das ocorrências por bairros ou regiões é possível diagnosticar padrões do atendimento por tempo de deslocamento, despacho e atendimento.

DADOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

SIM (SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE MORTALIDADE)

Os dados do Sistema Único de Saúde estão disponíveis na internet com dados detalhados sobre **óbitos**, porém a sua temporalidade de divulgação (que é de 2 anos) não permite que sejam utilizados em diagnósticos aplicados a curto prazo.

QUADRO COMPARATIVO ENTRE DADOS DE HOMICÍDIOS

PROCESSO DE COLETA E CLASSIFICAÇÃO	Homicídio - Registro policial	Homicídio – Registro na saúde
Instrumento de coleta	Boletim de ocorrência	Declaração de óbito
Padronização do instrumento	Varia para cada estado	Instrumento único para todos
“Fonte” da informação	É feita por uma testemunha ou através do encontro do corpo. Validado pelo policial	É feito pelo médico
Unidade de registro	Variável	Vítima
Critérios de classificação	Classificado de acordo com o código penal (INTENCIONALIDADE)	Classificado de acordo com o Código Internacional de Doenças (CID-10)
Local registrado	Local de ocorrência do fato	Local de ocorrência do óbito/ Local de residência da vítima

CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS X DADOS DO SUS

Os dados sobre homicídios dolosos na PC, dizem respeito a óbitos em circunstâncias específicas, sendo a variável *intencionalidade* condição fundamental para a categorização do delito, ou seja, matar foi a intenção inicial.

Há outros delitos intencionais, que resultam em morte, ainda que a intenção inicial não tenha sido esta, tais como:

- Lesão Corporal Seguida de morte
- Roubo seguido de morte (latrocínio)

Este agrupamento está mais próximo dos dados coletados pelo DATASUS e conseguem nos fornecer um melhor cenário acerca da resolução violenta dos conflitos.

Métodos de composição dos Homicídios

Outra propostas de agrupamento de categorias:

I. Mapa da Violência – Agrupa somente as categorias agressões (X85 a Y09). Autor: Julio Jacobo Waiselfisz.

II. . Estimativa da Mortalidade Por Homicídios - Sugere a categorização todas as mortes provocadas por instrumentos perfuro-cortantes e por armas de fogo, mesmo com intenção não determinada, como homicídio. (LAIT,1992)

III. IHA, Índice de Homicídios na Adolescência – Realiza uma estimativa considerando todas as mortes por arma de fogo ou instrumentos perfuro-cortantes, tanto as acidentais quanto com a intencionalidade desconhecida, como intencionais, e depois distribui tais mortes entre homicídios e suicídios respeitando a proporção entre estas duas causas existentes entre os casos com intenção conhecida.(CANO e SANTOS,2001)

“Na América Latina esta relação seria de, aproximadamente, 95% de homicídios e de apenas 5% para suicídios. Além disso, 10% das mortes com intencionalidade desconhecida cometidas com outros meios eram considerados homicídios.” (IHA,2009)




Notificação compulsória (lesões decorrentes de violências interpessoais, como agressões e maus tratos, e lesão autoprovocada)

- Violência doméstica e/ou outras violências
- Violência sexual e tentativa de suicídio

NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

- Tipo de notificação
- UF de notificação
- Unidade notificadora (campo 6)
- Nome da unidade notificadora (campo 7)
- Unidade de Saúde (campo 8)
- Data da ocorrência da violência
- Nome do Paciente
- Data de Nascimento e Idade
- Sexo
- Gestante
- UF Residência
- Município Residência
- País (se residente fora do Brasil)
- Orientação Sexual
- Identidade de Gênero
- UF de ocorrência
- Município de ocorrência
- Local de Ocorrência
- Motivação da violência (campo 55)
- Tipos de violência (campo 56)
- Vínculo/ grau de parentesco com a pessoa atendida (Campo 61)
- Sexo do provável autor da agressão


 República Federativa do Brasil
 Ministério da Saúde
 Secretaria de Vigilância em Saúde

FICHA DE NOTIFICAÇÃO/ INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

Nº _____

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, SEXUAL E/OU OUTRAS VIOLÊNCIAS INTERPESSOAIS

Definição de caso: Considera-se violência como o uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Atenção: Em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, a notificação deve ser obrigatória e dirigida aos Conselhos Tutelares e autoridades competentes (Delegacias de Proteção da Criança e do Adolescente e Ministério Público da localidade), de acordo com o art. 13 da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Esta ficha atende ao Decreto-Lei nº 5.099 de 03/06/2004, que regulamenta a Lei nº 10.778/2003, que institui o serviço de notificação compulsória de violência contra a mulher, e o artigo 19 da Lei nº 10.741/2003 que prevê que os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra idosos são de notificação obrigatória.

Dados Gerais		1 Data da Notificação		2 UF		3 Município de Notificação		4 Unidade de Saúde (ou outra fonte notificadora)		5 Código (IBGE)		6 Código (CNES)	
7 Nome		8 Data de Nascimento		9 Idade		10 Sexo		11 Gestante		12 Cor		13 Escolaridade	
14 Ocupação		15 Situação conjugal		16 Relações sexuais		17 Possui algum tipo de deficiência?		18 Número do Cartão SUS		19 Nome da mãe		20 UF	
21 Município de residência		22 Bairro de residência		23 Logradouro (rua, avenida,...)		24 Número		25 Complemento (apto., casa, ...)		26 Ponto de Referência		27 CEP	
28 (DDD) Telefone		29 Zona		30 País (se residente fora do Brasil)		31 Local de ocorrência		32 UF		33 Município de Ocorrência		34 Bairro de ocorrência	
35 Logradouro de ocorrência (rua, avenida,...)		36 Número		37 Complemento (apto., casa, ...)		38 Zona de ocorrência		39 Ocorreu outras vezes?		40 A lesão foi autoprovocada?		41 Meio de agressão	
42 Tipo de violências		43 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo?		44 Se ocorreu penetração, qual o tipo?		45 Número de envolvidos		46 Relação com a pessoa atendida		47 Sexo do provável autor da agressão		48 Suspeita de uso de álcool	
49 Consequências da ocorrência detectadas no momento da notificação		50 Procedimento indicado		51 Evolução do Caso		52 Se óbito pela agressão, data		53 Encaminhamento da pessoa atendida para outros setores		54 Circunstância da lesão (confirmada)		55 Classificação final	

Informações complementares e observações

Disque-Saúde 0800 61 1997	TELEFONES ÚTEIS Central de Atendimento à Mulher 180	Disque-Denúncia - Exploração sexual a crianças e adolescentes 100
-------------------------------------	--	---

Município/Unidade de Saúde _____
 Nome _____ Função _____
 Assinatura _____

Violência doméstica, sexual e/ou outras violências interpessoais SVS 28/06/2006

43 Se ocorreu violência sexual, qual o tipo? 1- Sim 2 - Não 3 - Não se aplica 9- Ignorado
 Assédio sexual Pornografia infantil
 Estupro Exploração sexual
 Atentado violento ao pudor Outros _____

44 Se ocorreu penetração, qual o tipo?
 1- Sim 2 - Não 3 - Não se aplica 9- Ignorado
 Oral Anal Vaginal

45 Número de envolvidos
 1 - Um
 2 - Dois ou mais
 9 - Ignorado

46 Relação com a pessoa atendida 1- Sim 2 - Não 9- Ignorado
 Pai Ex-Cônjuge Cuidador
 Mãe Namorado(a) Patrão/chefe
 Padrasto Ex-Namorado(a) Pessoa com relação institucional
 Madrasta Amigos/conhecidos Desconhecido
 Cônjuge Outros _____

47 Sexo do provável autor da agressão
 1 - Masculino
 2 - Feminino
 3 - Ambos os sexos
 9 - Ignorado

48 Suspeita de uso de álcool
 1- Sim
 2 - Não
 9- Ignorado

49 Consequências da ocorrência detectadas no momento da notificação 1- Sim 2 - Não 9- Ignorado
 Aborto Gravidez DST Tentativa de suicídio Outros _____

50 Procedimento indicado 1- Sim 2 - Não 9- Ignorado
 Profilaxia DST Coleta de sangue Contracepção de emergência
 Profilaxia HIV Coleta de sêmen Comunicação de Acidente de Trabalho
 Profilaxia Hepatite B Coleta de secreção vaginal Aborto previsto em lei

51 Evolução do Caso
 1 - Alta 2 - Encaminhamento ambulatorial 3 - Encaminhamento hospitalar 4 - Evasão / Fuga
 5 - Óbito pela agressão 6 - Óbito por outras causas 9 - Ignorado

52 Se óbito pela agressão, data _____

53 Encaminhamento da pessoa atendida para outros setores 1- Sim 2 - Não 9- Ignorado
 Conselho tutelar (criança/adolescente) Delegacia Especializada da Mulher Centro de Referência de Assistência Social/CRAS
 Vara da infância / juventude Delegacia de Prot. da Criança e do Adolescente
 Casa de proteção / abrigo Outras delegacias IML
 Programa Sentinela Ministério Público Outros _____

54 Circunstância da lesão (confirmada) CID 10 _____
 55 Classificação final
 1 - Suspeito 2 - Confirmado 3 - Descartado

Informações complementares e observações

--	--	--

Município/Unidade de Saúde _____
 Nome _____ Função _____
 Assinatura _____

Violência doméstica, sexual e/ou outras violências interpessoais SVS 28/06/2006

TIPOS DE ANÁLISE CRIMINAL

- ✓ **Análise Criminal Tática**
- ✓ **Análise Criminal Estratégica**
- ✓ **Análise de Operações**
- ✓ **Análise Criminal Administrativa**
- ✓ **Análise Criminal Investigativa**
- ✓ **Análise de Inteligência**



ANÁLISE CRIMINAL TÁTICA

Estudo de incidentes criminais recentes e a atividade criminal potencial a fim de identificar padrões criminais, conduzir investigações, identificar suspeitos e esclarecer casos. (BOBA, 2009)

Tem três objetivos básicos:

- Estabelecer ligações entre crimes e identificar padrões;
- Identificar potenciais suspeitos de crimes ou padrão de crimes;
- Fazer conexões entre crimes solucionados e casos em aberto.

É um processo diário de leitura e revisão de relatórios, boletins de ocorrência, etc.

- Compara o presente com o passado;
- Busca uma rápida identificação de séries de crimes;
- Produz análises profundas e detalhadas;
- Dissemina rapidamente as informações;

ANÁLISE DE OPERAÇÕES

A **análise de operações** tem foco dirigido para o interior da organização e para a forma como ela se utiliza dos recursos que tem à sua disposição. Para Gottlieb (1998), a análise de operações é:

O estudo analítico dos serviços prestados pela organização de segurança pública, realizado para prover aos comandantes e gestores policiais uma base científica para a tomada de decisão ou ação que possibilite a melhoria da alocação de recursos e da qualidade das operações.



Algumas das questões que a análise operacional se propõe a responder são:

- Qual a melhor forma de dividir a cidade para fins de alocação de recursos e infraestrutura de segurança?
- Qual a quantidade adequada de policiais por turno de trabalho?
- Qual o efeito das ações da organização em relação à vitimização repetida?
- Pode a organização justificar um aumento de efetivo de profissionais de segurança pública?

ANÁLISE CRIMINAL ESTRATÉGICA

“É o estudo de problemas e outros relacionados à polícia, para determinar tendências de atividades criminais, avaliar as soluções e procedimentos das instituições de segurança pública em relação a tais problemas.” (BOBA, 2009)

Os principais propósitos da análise criminal estratégica são:

- Auxiliar na identificação e exame dos problemas de crime, violência e desordem, ao longo de período expressivo (no mínimo 6 meses);
- avaliar os procedimentos organizacionais e a capacidade de resposta da instituição de segurança pública.



ANÁLISE ADMINISTRATIVA

“É a apresentação às instâncias administrativas e políticas de interesse, os resultados relevantes decorrentes de pesquisas e análises sobre crimes baseadas em questões legais, políticas, práticas ou de outra natureza.”

É preparada e formatada segundo a audiência ou o destinatário final.

Tais públicos podem ser, por exemplo:

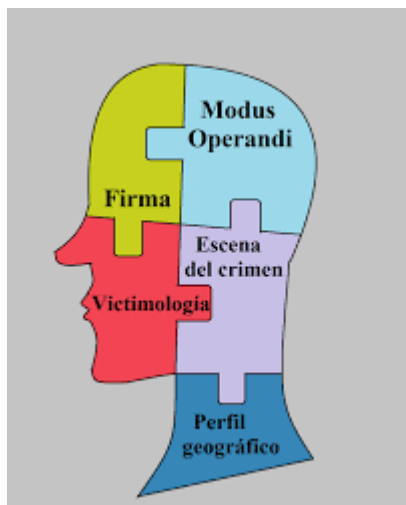
- gestores de segurança pública;
- membros do governo;
- membros de conselhos de segurança;
- membros de outros conselhos das cidades;
- imprensa,
- comunidade em geral.



ANÁLISE CRIMINAL INVESTIGATIVA

A análise criminal investigativa é definida como:

processo que identifica as principais características de personalidade e comportamento de um criminoso, baseado nos crimes que ele (ou ela) tenham cometido (DOUGLAS, 1992 apud GOTTLIEB, 1998).



Não é investigação criminal, que é uma atividade própria das polícias de investigação ou daquelas dotadas dessa responsabilidade legal.

É uma atividade de apoio à investigação. Ela reúne, analisa e interpreta dados e os oferece aos encarregados da investigação, auxiliando-os em suas atividades operacionais. Como atividade de suporte, pode ser feita por qualquer organização de segurança pública, com o fim de apoiá-la nas diferentes ações que deve empreender.

ANÁLISE DE INTELIGÊNCIA

Análise de inteligência é definida aqui como a:

Coleta, avaliação, análise, integração e disseminação sistemáticas de informação sobre criminosos, especialmente em relação às suas associações e sua identificação com grupos e atividades criminosas de natureza organizada (GOTTLIEB, 1998).

A análise de inteligência tem como propósito primordial responder à pergunta: **“Quem está fazendo o que, junto com quem?”**, ou seja, o foco está nas relações entre pessoas e organizações e na busca por líderes dentro das estruturas criminosas e suas conexões, compreensão da hierarquia da organização, identificação de fluxos de dinheiro e bens, etc.

Não é atividade operacional propriamente dita. Ela é uma atividade de suporte que possibilita, por meio do uso de técnicas adequadas, a obtenção de dados e informações que podem ser úteis na tomada de decisão a respeito das ações operacionais.

Provocação

Diversidade de formação e corpo técnico

- ✓ Formação multidisciplinar
- ✓ Metodologia de pesquisa
- ✓ Capacidade de fazer boas perguntas

Foco excessivo na visão jurídica do mundo

- ✓ Mundo das leis x leis do mundo



OBRIGADA

Profa. Dra. Marcelle Gomes Figueira

marcellegf@gmail.com

(61) 98139-5505